



Unidade de
Tratamento de Rio
(UTR), em Araruama

Uma alternativa de saneamento

Págs. 4 e 5

ABES-Rio promove debate sobre o sistema de captações de esgotos sanitários em tempo seco



FATOR PREVIDENCIÁRIO

LIGUE para a Câmara e reivindique a votação.
O benefício é para quem vai se aposentar. Página 8

Cabral prende e arrebenta

Sem nenhuma dúvida o governador Sérgio Cabral é um dos neoliberais mais completos do país. Seu governo segue o receituário dos organismos internacionais cuja principal política é a da destruição das empresas estatais e a passagem dos ativos acumulados pelo estado para o setor privado. Notem bem, sempre “vendidas” a preço de banana como foi feito pelo seu guru FHC. Em segundo lugar, sua política de segurança dificilmente poderia ter tal denominação, a não ser subvertendo a semântica. Ela dá continuidade ao ódio que as classes mais abastadas têm pelas populações pobres e a ordem é o extermínio físico.

Quem não lembra do fuzilamento de um carro na Tijuca, onde uma mãe ao volante transportava seus dois filhos menores. Um deles, de apenas três anos, foi morto. Nesses últimos dias quatro jovens foram mortos na Favela da Maré. Uma adolescente de 14 anos foi fuzilada pelas costas e contabilizada como traficante. Na Linha Vermelha, dois rapazes foram seqüestrados e colocados em outro veículo supostamente dirigido por traficantes. Foram todos fuzilados e as cinco pessoas mortas. É impossível não se indignar. Quem protege a população do furor assassino da polícia?

A coerência do governador não fica por aí. Ele também herdou de seu mentor intelectual FHC o ódio pelo movimento sindical e, em especial, pelos petroleiros. No dia do leilão de mais uma rodada das áreas de petróleo, sua polícia reeditou os piores momentos da ditadura militar, cenas de repressão e intolerância políticas dignas dos generais. Neste episódio, vários sindicalistas e estudantes ficaram feridos. Nosso companheiro Emanuel Cancela, do Sindipetro, teve um braço e algumas costelas fraturadas.

O governador também cuida de seu legado e se preocupa em reproduzir sua política. Seu indicado e protegido político, Eduardo Paes, que tomou posse na prefeitura do Rio de Janeiro. Como sabemos, o novo prefeito é um neoliberal convicto e tucano bem emplumado, ex-secretário geral do PSDB. A parceria promete e dias piores virão.

As chuvas de 20 em 20 anos

■ Stelberto Soares

Quando ocorreu a tragédia de Santa Catarina, um órgão da imprensa me procurou para saber se havia possibilidade daquela tragédia se repetir aqui no Rio de Janeiro, particularmente na Baixada. Partiam eles de uma declaração feita por mim em 2005, quando afirmei que, se naquela época chovesse o que choveu no Rio de Janeiro em 1988, a tragédia na Baixada seria até maior que a causada pelo furacão Catrina em St Louis.

Reafirmei a possibilidade de tal tragédia na Baixada. Porque? Porque seus grandes rios estão há 17 anos sem manutenção. Porque, nestes últimos anos, milhares de ruas foram pavimentadas, aumentando a impermeabilização da região. Porque inúmeros loteamentos foram implantados em áreas impróprias, sujeitas a alagamento e enchentes. Porque a retirada do lixo continua a desejar, ficando pelos cursos d'água. Enfim, porque a Baixada ficou abandonada no que diz respeito a drenagem.

Quando tentei elaborar um plano de controle de cheias para o Município de Mesquita, esbarrei no seguinte problema. Se recuperássemos a calha original dos rios de Mesquita, teríamos um desastre, porque estes rios ficariam mais profundos que o rio Sarapu (rio estadual e, portanto, sem condições de sofrer intervenção da prefeitura de Mesquita) que ao invés de recebê-los, ao contrário, invadiria o Município. Era preciso uma ação integrada entre os municípios da Baixada e o Governo do Estado, se não do Governo Federal. Nada se conseguiu naquela data com a Serla para os grandes rios, apenas paliativos para pequenos trechos de afluentes. Para se ter noção do problema gerado

por tantos anos sem manutenção destes rios, basta saber que num trecho do Sarapu devem ser retirados, para voltar a calha normal, 80 mil metros cúbicos de sedimentos, o equivalente a 10 mil viagens de caminhões de 8 metros cúbicos cada. Para onde levar este lodo é outro problema. O principal problema é que estamos fazendo 20 anos das grandes chuvas de 1988. São as famosas chuvas de 20 anos que usamos para nossos cálculos de drenagem. São as chuvas que se repetem em períodos de aproximadamente 20 anos.

Que fazer? Rezar para Papai do céu. Sob o ponto de vista macro, é o possível, porque apesar do Governo Federal ter disponibilizado cerca de 270 milhões para este serviço, e o mesmo já tenha sido iniciado pela Serla, para este verão não podemos contar com resultados.

Limpeza dos ralos, retirada do lixo, proteção dos depósitos de material de construção para não entupir os ralos e galerias, entre outros, é responsabilidade das Prefeituras, no sentido da prevenção. Mais se pode fazer, porém somente no sentido de minorar os efeitos, se chegar uma grande chuva. Sim, precisamos da Defesa Civil estadual coordenando as Defesas Cíveis municipais da Baixada. Mais que isto, entendo que é preciso divulgar para toda a população os locais para onde se deslocar por segurança, telefones, abrir voluntariado, aproveitando a solidariedade enorme que existe entre nosso povo, enfim, estar preparado.

É preciso organizar sem fazer terrorismo, para minorar os efeitos, se acontecerem as chuvas de 20 anos. Se não chover ótimo, os governos cumpriram sua função.

■ Stelberto Soares é diretor de comunicação do SENGE-RJ

A Baixada ficou abandonada no que diz respeito a drenagem



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Luiz Antonio Cosenza

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio José Martins, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Nascimento, Fernando Turino, Flavio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes, Gilberto da Silva Nunes, Gunter Angelkorte, Günther Benedict Craesmeier, Jorge Antonio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio Cezar Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antonio Barbosa, Maria Virginia Brandão, Olimpio Alves dos Santos, Paulino Cabral da Silva, Paulo César Granja, Sergio Gomes dos Santos, Sonia da Costa Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio José Martins, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, Günther Benedict Craesmeier, José Stelberto Porto Soares e Luiz Antonio Cosenza.

CONSELHO FISCAL
Titulares: Aloisio Souza da Silva; Paulo Cesar Quintanilha; Sergio Barbosa de Almeida; **Suplentes:** Antonio Carlos Soares Pereira; Catarina Luiza de Araujo; Rubem Corveto de Azeredo.

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar (MTE 28.318/RJ)
Estagiária: Julia Affonso
Editoração e Produção Gráfica: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Monitor Mercantil

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br



Da esquerda para a direita: Edinaldo Souza, Marco Antônio Amigo (diretor-administrativo da MÚTUA/CAIXA-Brasília), Sônia Rodrigues, Eduardo König e Agostinho Guerreiro

O início de um novo tempo

O novo presidente do CREA-RJ e a diretoria regional da MÚTUA/CAIXA-RJ assumem seus cargos

Júlia Gaspar

O auditório do CREA-RJ lotou, dia 8 de dezembro, na posse administrativa do presidente eleito, Agostinho Guerreiro, e da diretoria regional da MÚTUA/CAIXA-RJ, com Eduardo König, como diretor geral, Sônia Rodrigues, como diretora administrativa e Edinaldo Souza, como diretor financeiro.

Durante o discurso de posse, Agostinho Guerreiro agradeceu a campanha coletiva pela sua eleição:

– Essa foi uma campanha de todos nós, que primou não só pela nossa necessidade de vitória, como também pelo respeito aos nossos adversários. E, daqui pra frente, juntos vamos construir,

“A nossa persistência nos trouxe até aqui”

para o CREA-RJ e para o Sistema CONFEA/CREA, soluções importantes para tantos pontos polêmicos que ainda estão pendentes.

O novo presidente do CREA-RJ afirmou também que é o início de um novo ciclo:

– A nossa persistência nos trouxe até aqui. Este é um momento extremamente

importante, porque a sensação que a gente tem é que está se encerrando um ciclo longo, que teve muitas contradições. Essas contradições levaram o eleitor a optar por um novo projeto, um projeto de mudança. Então eu entro para iniciar um novo ciclo.

O diretor geral da MÚTUA/CAIXA-RJ, Eduardo König, afirmou compromisso com as categorias profissionais:

– Essa diretoria da MÚTUA/CAIXA-RJ vai garantir compromisso com as categorias profissionais, trabalhar junto com as entidades de engenharia, arquitetura, agronomia, geologia, geografia e meteorologia do Rio de Janeiro. E trazê-los para o braço assistencialista que é a MÚTUA/CAIXA-RJ.

QUEIXAS DO ENGENHEIRO

Na Comlurb, salários abaixo do SMP

• Trabalho há 25 anos na Comlurb. Durante esse período, a maioria dos engenheiros receberam salários abaixo do piso (lei 4.950-A/66), apesar da ciência do CREA-RJ. Nenhum presidente desta entidade tomou qualquer providência, mesmo sendo sua obrigação a fiscalização para o cumprimento da citada lei. Pela primeira vez, o presidente eleito da entidade promete fiscalizar o cumprimento do piso profissional do engenheiro. Espero que, no primeiro trimestre de 2009, seja encaminhada à empresa ofício do CREA-RJ, notificando o descumprimento do piso profissional e que se faça cumprir a lei.

Flavio Ribeiro Ramos, diretor do SENGE-RJ

A coluna “Queixas do Engenheiro” é um espaço aberto para denúncias e insatisfações da categoria. Para participar, envie a sua, até 500 caracteres, para: imprensa@sengerj.org.br

Salário Mínimo Profissional

Lei 4950-A/66

**Engenheiro,
exija
seu direito!**

Uma proposta do Estado para resultados imediatos

Júlia Gaspar

O sistema convencional de coleta para tratamento de esgoto existe em parte da cidade e prevê a existência de duas redes independentes, uma de esgoto e outra pluvial. Mas a maior dificuldade é que grande parte do sistema de esgotos está ligada ao sistema pluvial. Por isso, no Rio de Janeiro, haverá investimento em um sistema conhecido como “Saneamento de Tempo Seco”. O nome é porque a metodologia coleta os esgotos que correm pela drenagem em tempo sem chuvas. Devido à falta de rede de esgotamento sanitário em áreas de maior aglomeração na cidade, esta é a opção encontrada para efeitos mais imediatos.

Mas a Secretária de Estado de Ambiente, Marilene Ramos, afirma que esta é uma solução temporária. “Essa é uma das diretrizes do Pacto pelo Saneamento no Estado”.

Marilene Ramos; o Presidente da Cedae, Wagner Victor; e o Presidente da Serla, Luis Firmino, estiveram na Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro (Seaerj), em evento promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental do Rio de Janeiro (Abes-Rio), sob a coordenação do presidente da Instituição Isaac Volschan, dia 10 de dezembro, sobre “Captação de Esgotos Sanitários em Tempo Seco”.

Técnicos lotaram o auditório e debateram o tema. Eles consideram que os esgotos que estão na drenagem devem ser interceptados e levados para tratamento antes de chegarem nos cursos d’água; ao invés de serem jogados nos cursos d’água para que os mesmos sejam tratados através das unidades

de tratamento de rio (UTR). Muitos na platéia declararam:

– Não descartamos o uso de tratamento de rios, mas, se usados, devem ser moderadamente, porque a função dos rios não é receber esgoto. Tratar o rio é exceção, precisamos impedir que o esgoto chegue até eles. Tratamento em Tempo Seco, para nós, é o interceptor junto às margens dos cursos d’água barrando e levando as dejetos para as Estação de Tratamento de Esgotos (ETE).

Pacto pelo Saneamento no Estado

A Secretária de Estado de Ambiente diz que a constatação de que esgoto sem tratamento e lixo exposto em lixões são os responsáveis pelos maiores problemas ambientais no estado levou a Secretaria a propor o Pacto pelo Saneamento, composto por dois subprogramas: um de coleta e tratamento de esgoto e o outro é o lixão zero, com o objetivo de acabar com os lixões no estado. “Entre as várias diretrizes que o programa tem para ser viabilizado, uma delas é usar a coleta de tempo seco como uma solução de efeitos mais imediatos”, garante.

A Secretária afirma que, em 2009, haverá o investimento em torno de 150 milhões de reais em coleta e tratamento de esgoto, além dos investimentos das concessionárias privadas, que, no estado, respondem por cerca de 5% do sistema de operação e dos possíveis investimentos feitos pelas prefeituras. “Com tudo isso, vamos chegar a cerca de 200 milhões de reais. Nossa meta é investir 800 milhões de reais por ano, para, em 10 anos, atingirmos um nível de cobertura razoável”, declara.

A Cedae é a responsável pelo esgoto em 9 mu-

nicipios fluminenses; 14 municípios são administrados por operadoras privadas, basicamente Região dos Lagos, Petrópolis, Nova Friburgo, Resende, Niterói e Campos. E há mais 70 municípios em que a responsabilidade está com prefeituras, mas, em termos de população, não chega a 20%. A Cedae, apesar de estar em apenas 9 municípios, é responsável por 70% deles.

Para Marilene Ramos, diante desse quadro, a melhor solução é mesmo um grande Pacto pelo Saneamento no Estado.

– Todos os envolvidos têm que assumir que coletar e tratar esgoto é prioridade, tem que ter uma atenção especial, recursos e um programa contínuo, investir forte em elaborar projetos. Nós estamos chamando de Programa Estadual de Tratamento de Esgoto, o objetivo é apoiar os municípios, a Cedae e outras concessionárias na universalização da coleta e do tratamento, com a meta de atingir, em 10 anos, 80% de coleta e tratamento, afirma.

A Secretária garante que a pretensão é viabilizar investimentos de cerca de 7,5 bilhões de reais, em 10 anos, o que significa levar tratamento de esgoto para cerca de 8,5 milhões de habitantes no estado, que, hoje, não têm o serviço. “Para isso vamos alavancar recursos junto ao governo federal, utilizando os recursos de fundos estaduais de meio ambiente, como o Fundo Estadual de Controle Ambiental (Fecam) e Fundo Nacional de Recursos Hídricos (Fundrhi), como contrapartida”, diz.

Marilene diz que também será usado o artifício da co-responsabilização do mercado.

– Acredito que novos empreendimentos possam financiar redes e estações de tratamento. Além de focar em resultados através do conceito de “compra de esgoto tratado”, ou seja, investir até 500 reais por novo habitante servido por sistema de coleta e tratamento. Nós queremos participar com os municípios, com as concessionárias dos investimentos, mas o município tem que se comprometer conosco com a operação e a manutenção, explica.

Resposta rápida ao meio ambiente

O Presidente da Cedae, Wagner Victor, garante que a empresa vai aderir completamente ao projeto da Secretaria de Ambiente, no que se refere a captações de esgotos sanitários em tempo seco.

Fotos: Luis Firmino



Captações de esgoto em tempo seco, em galeria e em canal superficial, de sistemas de drenagem, em Araruama.





Fotos: Júlia Gaspar

“A coleta de tempo seco é uma solução para efeitos mais imediatos”

Marilene Ramos, Secretária de Estado de Ambiente



“Nós tivemos estratégias, talvez, equivocadas no passado”

Wagner Victor, Presidente da Cedae



“Foi questão de um ano, um ano e meio e a Lagoa de Araruama começou a dar respostas”

Luis Firmino, Presidente da Serla

“Nós tivemos estratégias, talvez, equivocadas no passado, na forma de conduzir o processo de esgotamento sanitário, tratamento dos nossos recursos hídricos”, declara.

Wagner Victor considera que, historicamente, a aplicação de sistemas convencionais, principalmente relativos à captação em regiões de baixo poder aquisitivo, não demonstra um resultado eficaz, já que as intervenções dos poderes públicos da empresa de saneamento são intervenções que estão limitadas às atividades e, principalmente, ao limite externo das propriedades.

– É uma total ilusão que a disponibilização do sistema frente a residências de baixo poder aquisitivo ou de comunidades vá fazer com que a residência faça a sua intervenção interna. Como também é extremamente afastado da realidade operacional achar que qualquer concessionária vai conseguir fazer uma intervenção “intra-muros” em cada residência. É ilusão achar que eu disponibilizo o sistema e aquele consumidor de baixa renda vai fazer um investimento, quebrando, muitas vezes, aquela caixa que foi feita há muito tempo atrás. E é extremamente distante da realidade achar que a concessionária pode entrar numa residência para fazer um tipo de conexão. Achar que nós vamos conseguir entrar em comunidades carentes, realmente isso vive num cenário totalmente desconectado da realidade.

O presidente da Cedae acredita que a tecnologia de captações de esgotos sanitários em tempo seco possa dar uma resposta mais rápida ao meio ambiente, com benefícios para a saúde. “Nós vamos apoiar esta proposta de maneira muito decisiva e considero que vá ser um grande ganho para a sociedade. Na Baixada Fluminense e em algumas regiões carente do Rio de Janeiro será de um grande potencial para todos”, diz. Mas Wagner Victor declara: “E nada impede que, em algum tempo, a gente estabeleça o sistema do tipo convencional.

A experiência em Araruama

A Lagoa ou Laguna de Araruama é a terceira maior do país. Essa lagoa chegou ao final da década de 90 ao estágio de eutrofização, com intensa produção de algas, alimentadas pelo fósforo e nitrogênio dos esgotos ali despejados. O Sistema de Tratamento de Esgotos em Tempo Seco foi implementado nesta lagoa e, segundo o presidente da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla), Luis Firmino, a implantação do sistema foi muito difícil, com críticas muito ferrenhas, mas ele afirma que o resultado é muito positivo.

Luis Firmino diz que o sistema foi planejado pelas concessionárias como um Sistema Separador Absoluto, do ponto de vista da localização das elevatórias e da capacidade de tratamento das Estações de Tratamento de Esgoto. Planejado para 25 anos de utili-

zação, o sistema tem capacidade para receber as Redes Separadoras.

– Todos nós sabemos que Redes Separadoras representam 70%, ou algo parecido do valor de investimento em saneamento, e, nessa região, não haveria essa capacidade de investimento. Então, adaptações foram feitas para tratar esse esgoto que, na época, já chegava às lagoas. Ninguém está inventando de colocar esgotos em rios, ou nos canais, ou nas galerias pluviais. Esse esgoto já está presente nesse sistema de drenagem dos municípios.

Luis Firmino diz que não foi simples, porque não havia a proposta de um pacto.

– As concessionárias tinham um contrato que precisava ser respeitado, do ponto de vista do equilíbrio econômico. Então, foi um processo de 2 ou 3 anos, junto à agência reguladora, não só do ponto de vista da discussão técnica de adoção dessa concepção, como também na construção de um pacto, um acordo amplo com o Ministério Público, assinado pelas concessionárias, pela gestão da bacia hidrográfica, pelas concessionárias, no qual as concessionárias dizem, resumidamente, o seguinte: “eu admito que o sistema que está solicitado pela sociedade civil neste momento não é um sistema ideal, mas eu reconheço que a minha conduta, ao longo dos anos, evoluirá para o sistema convencional de tratamento”. E, com isso, nós fizemos, em 2002, o primeiro reequilíbrio econômico desse contrato, no qual foram garantidos 50 milhões para investimentos no sistema de saneamento. Em 2003, tivemos um novo aditivo e chegamos a 100 milhões de reais em investimentos.

O presidente da Serla conta que, no princípio de 2006, quando o sistema entrou em carga, era sabido por todos que a lagoa iria melhorar. “E foi questão de um ano, um ano e meio e a lagoa começou a dar respostas, obviamente saiu do estado eutrófico e passou para uma condição de recuperação. Resultado disso, os investimentos estão aumentando”, garante.

Luis Firmino declara que a Lagoa de Araruama recebia em torno de 800 litros por segundo de esgoto e, numa primeira tacada, foram retirados 500 litros por segundo. E, depois, chegou a 100% de interceptação de esgoto na região. “Foi possível, porque as estações foram projetadas para fim de projeto, elas têm condição de atender a toda a demanda e, obviamente, estamos fazendo a interceptação pelo cinturão de tempo seco”, explica.

Luis Firmino apresentou um filme durante o evento, que mostra uma Unidade de Tratamento de Rio (UTR), construída e em funcionamento em Araruama. O filme gerou grande debate da platéia, que lotou o auditório. Técnicos colocaram em questão o uso intensivo deste equipamento. Na próxima edição do Jornal do Engenheiro, leia entrevista com profissionais do setor que estavam na platéia do evento.

Lapa, urbanização cultural

Raul Pessôa

O mundo está reunido ali
Eu vi, eu senti, não li
O local despretencioso
Quem está disposto a trabalhar não a procura, só o ocioso

Quem vai lá pode levar qualquer intenção
A sensação é a de um mercado de ilusão
As diferenças social, cultural, sexual
Seguem a ética da LAPA, onde tudo é normal

Entra pobre e sai rico, de vivência
É uma tamanha noite de experiência
As tendências se agrupam
E as calçadas, bares e ruas ocupam

Elegantes, maltrapilhos, estilistas esforçados
Convivem no mesmo clima de feira e igualmente serão notados
As diferenças se afloram num atraente resultado
É o humano dispensando o social discriminado

Comidas? Do mais variado sabor
Da brasileira a do exterior
Encontra no restaurante, bem atendido, sentado
e no ambulante, em pé com o ar enfumado

dos pratos caprichados e apetitosos
aos aperitivos preparados na sua frente, gordurosos
bebidas, tem em todo lugar a servir
basta levantar o braço e pedir

em salões, porões ou céu aberto
a música pode-se ouvir
os ritmos, samba, rap, rock, salsa
há lugar para todos, até a valsa

músicos e ouvintes se misturam na multidão
cada qual realizando sua intervenção
uns ouvem e assistem em lugar reservado
os menos favorecidos, na calçada ao lado

Pronto! Não falta nada
Mas o que é isso? E a moçada?
A maioria na rua, na calçada
Numa descontração bagunçada

O informal, social, desinibido, consentido
É a ética local que faz sentido
Travestis, músicos, visitantes,
Engenheiros, médicos, ambulantes

Convivem uma noite interessante
Onde não se critica o liberado nem o pedante
Do mal trajado ao elegante
Se é idoso ou iniciante

Chapéu, boné e boina para compor
Camisa, camiseta, paletó ou colete, de qualquer cor
Sapato, tênis ou sandália, com variações de colecionador
Quase despido ou bem vestido, é a moda do freqüentador

Temos a comentar, os grupos informais
Classe média e baixa, sambista, comensais
Taxista, compositores, transformistas, homossexuais e ambulantes
Vendedores, passantes ou simplesmente bebedores itinerantes

Eis uma pequena parte aparente da descrição local
Do material, social, comportamental
Mas o importante e rico é o existencial

Cada um vê e se coloca no ambiente de maneira natural
O homem entende que existir diferenças é normal
Que deve tolerar às dos outros em nome do bem estar
As considerações decorrentes são definidas pela forma da pessoa se manifestar

O ético é sazonal
O ato é temporal
O viver é um milagre real
ALAPA é SENSACIONAL

Raul Pessôa é engenheiro civil, especializado em obras hidráulicas. Diretor-Presidente da Associação dos Rondonistas do Estado do Rio de Janeiro /PROJETO RONDON-RJ.



• A coluna “**Engenharia Cultural**” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br

ART

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o SENGE fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

É urgente um plano estratégico para enfrentar a crise

Clemente Ganz Lúcio

A crise já chegou ao Brasil e seus efeitos poderão ser graves. É prudente a postura pessimista na análise, para se entender suas dimensões e seus efeitos, bem como o otimismo na ação para envidar todos os esforços para desviar o país das possibilidades desse cenário indesejável. Não será o otimismo da análise que nos afastará dos problemas, mas sim o pleno reconhecimento da gravidade do problema e uma ação corajosa de enfrentamento cotidiano e coordenado.

Não se conhece exatamente o tamanho da crise, pois sua base está no sistema financeiro paralelo, sem regulação, que promoveu uma alavancagem financeira, porém fictícia, da economia real. Há um longo ajuste pela frente em que a recessão é o mecanismo conhecido pelo mercado para resolver esse problema. A festa acabou com gravíssimas consequências para a produção, para os estados e para a população. Os prejuízos poderão ser incalculáveis e o mercado financeiro não enfrentará sozinho esse problema.

O Brasil corre sérios riscos de ter os mesmos efeitos sobre a economia real, apesar de não estar no centro da crise. Com uma economia interna forte, hoje o país está integrado ao mercado internacional e as relações comerciais desempenhar papel relevante na estratégia de crescimento. O freio na economia mundial já traz graves efeitos à nossa realidade: a redução do crédito, que já foi sentida internamente; os efeitos sobre as exportações são visíveis, com possíveis reflexos no balanço de pagamentos; os estoques aumentaram e os pedidos rarearam. Os sinais de desemprego já aparecem com demissões nas grandes empresas.

E será pior, se houver queda na renda, pois criará dificuldades para as famílias honrarem o crediário, o que acarretará inadimplência e efeitos para as empresas e o sistema financeiro. O resultado poderá ser a redução do ritmo do crescimento econômico ou a recessão, à semelhança do que já ocorre nos países centrais.

O Brasil tem sido teimoso e cresce há dezenas de trimestres continuamente acima do PIB potencial. Recuperou-se a relação saudável entre crescimento e desenvolvimento, ainda que insuficiente diante do enorme déficit social aqui presente. As desigualdades reduziram lentamente, a

renda dos mais pobres cresceu e parte do contingente de excluídos passou a participar do mercado consumidor. As empresas voltaram a ter projetos de investimento e a curva dos lucros acelerou. A demanda por trabalho retornou, as ocupações cresceram, com maior formalização nas relações de trabalho. A partir do crédito para o investimento, consumo, agricultura familiar e habitação, as empresas e famílias puderam recuperar a visão prática de futuro e de planejamento. As políticas de renda, em especial o bolsa família, e de valorização do salário mínimo, a vigorosa geração de empregos e os resultados conquistados pelos sindicatos nas negociações coletivas fizeram crescer a massa de rendimentos disponível. Criou-se um ciclo de revitalização do mercado interno, onde o consumo das famílias e os investimentos públicos e privados formaram a base do nosso crescimento econômico recente.

Vamos perder tudo isso? Temos chance de construir caminhos alternativos para transitar pela crise, absorvendo seus efeitos e conduzindo o país por um caminho que mantenha um nível razoável de crescimento?

A resposta é sim, há alternativas, cuja base política é uma ação corajosa e vigorosa de coordenação e articulação que mobiliza os agentes econômicos para objetivos e metas bem definidos, e ações constantemente avaliadas. Missão do estado, tarefa de governo.

O ponto de partida é considerar que a superação das mazelas pode ser uma estratégia de transição durante este período crítico. As carências de infra-estrutura, habitação, saneamento e transporte, bases para o crescimento econômico, podem dar racionalidade produtiva ao investimento público e privado ao fazer obras necessárias a um novo estágio de desenvolvimento. Tudo o que for feito neste sentido tem utilidade estratégica no curto e no longo prazo.

O desafio é a continuidade do crescimento, com a meta de, no mínimo, um aumento do PIB de 3,5% – o que, diante da crise, não será pouca coisa. Para isso, é necessária a manutenção de taxas positivas de investimento produtivo, público e privado. Por outro lado, o acesso ao crédito no mundo ficou e permanecerá mais difícil e o custo do capital vai aumentar. Aqui reside um desafio para as políticas públicas de crédito. Deve-se aproveitar nossa nova solidez econômica para

atrair capitais, bem como articular ações de aporte ao crédito, com forte participação do BNDES, dos bancos públicos e a colaboração decisiva do sistema financeiro nacional.

Sustentar a demanda interna de consumo é tão importante quanto viabilizar o investimento. Nessa perspectiva, a manutenção da renda por meio do emprego é fundamental, bem como as políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo. A chance desta renda ser usada para consumo é alta e serve para manter o vigor do mercado interno, sendo, ao mesmo tempo, de alto impacto em termos de justiça social. O emprego e a renda permitirão que não ocorra inadimplência no crediário, evitando mais esse tipo de crise na economia real e mantendo a segurança para o crédito futuro.

O sucesso dessa estratégia depende da capacidade de intervenção econômica do estado. Para isso, é essencial que se reduza o superávit primário, dando folga ao orçamento público para as inversões que as medidas exigem. A redução da taxa primária de juros é essencial para gerar conforto orçamentário e animar os agentes econômicos, sinalizando para uma ousada ação no sentido de políticas anticíclicas.

Além do incremento de políticas de proteção ao desemprego – aumento do número de parcelas do seguro desemprego e formação profissional, há a possibilidade de adoção de medidas provisórias de ajuste tributário que facilitem a vida das empresas neste período de crise.

É fundamental que esteja clara para a sociedade a prioridade de se manter o crescimento sustentado na demanda interna, com forte intervenção econômica do estado e decisiva ação para preservar o emprego e a renda, em especial a dos mais pobres.

Há a exigência de ação rápida na construção desse plano estratégico, pois os efeitos da crise são diversos e ocorrem em uma velocidade muito alta. O momento permite fortalecer a capacidade de diálogo social e de compromisso com o futuro. Pode-se também aprender a desenhar coletivamente novas estratégias de desenvolvimento para quando esta crise fizer parte do passado.

■ **Clemente Ganz Lúcio** é diretor técnico do DIEESE, em São Paulo, e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)



Exposição de ferreomodelismo reúne apaixonados por trens

Após passar por Minas Gerais e São Paulo, a Associação de Ferreomodelismo do Estado do Rio de Janeiro trouxe para a cidade a exposição de modelos de trens em miniatura, “Fazer Arte na Estação”. No sábado, 13/12, na Estação da Leopoldina, diversos ferreomodelistas, nome dado aos apaixonados por trens, reuniram-se para trocar idéias e mostrar seus trens circulando na maquete montada na Estação. “A gente tem um gosto pelo trem de verdade. O ferreomodelismo é uma continuidade do que hoje já não existe nas ferrovias”, explica o comerciante Fernando Navarro, presidente da Associação.

Nota de Falecimento



Dirigente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sindicalista fundador e ex-presidente da CUT-BA e integrante da primeira Direção Nacional, faleceu no dia 10

de dezembro, em Salvador, o engenheiro civil José Olívio Miranda Oliveira. Aos 60 anos, Zé Olívio, como era conhecido, morava em Genebra e trabalhava na luta contra a exploração infantil e o trabalho escravo na OIT. O sindicalista faleceu enquanto passava por uma cirurgia no hospital São Rafael, na capital baiana.

Para quem vai se aposentar

Flávio Ribeiro Ramos

O fator previdenciário pode reduzir seu benefício em até 47% na aposentadoria. Para que isso não ocorra, há o projeto de lei, PLS 296/03, do senador Paulo Paim, que extingue o fator. Já foi aprovado no Senado e está na Câmara para ser votado. Na Câmara, o projeto de lei mudou de número, passando para PL 3299/2008. É muito importante que todos

liguem diariamente para a Câmara, a partir de fevereiro de 2009, o telefone é **0800-619619**, para acompanhar o andamento do mencionado PL. O agente que atende o telefone pede os seus dados e encaminha sua reivindicação, se você pedir, a todos deputados. Se houver uma boa mobilização, poderá entrar na pauta do dia e ser votado. Cabe salientar que o cálculo da concessão do benefício na aposentadoria é para sempre!

Leilão do Linhão de Porto Velho

Disputado por dois consórcios, um de corrente contínua e outro de corrente alternada, um dos maiores e mais modernos sistemas de fornecimento de energia elétrica, o Linhão Porto Velho-Araraquara, será construído para regular a energia elétrica excedente vinda das diversas Usinas Elétricas do Brasil. Confira na próxima edição do Jornal do Engenheiro uma reportagem sobre o leilão realizado para a construção do Linhão, ganho pelo consórcio de corrente contínua, seus problemas e o que esperar para o setor de energia elétrica do país nos próximos anos.